

AUDITOR DO ESTADO - ECONOMIA

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas de **Conhecimentos Específicos**, você receberá do fiscal de prova o cartão de resposta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual.

Quem canta seus males espanta

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Módulo de Conhecimentos Específicos

1

- O PIB a preços de mercado **não** pode ser mensurado pela soma
- (A) do valor monetário de venda dos bens finais produzidos dentro do país.
 - (B) do valor adicionado em cada etapa do processo produtivo dentro do país.
 - (C) do consumo (privado e público), investimento e exportação, deduzidas as importações.
 - (D) de salários, lucros, aluguéis, juros e impostos indiretos, deduzidos os subsídios.
 - (E) da remuneração dos fatores do trabalho, do capital de empréstimo e dos bens de capital.

2

Considere os seguintes dados:

- Impostos Diretos = 100
- Impostos Indiretos = 50
- Subsídios = 20
- Transferências = 10
- Consumo Pessoal = 200
- Poupança Pessoal = 20

Assim, a Renda Líquida do Governo e a Renda Total do país são, respectivamente, iguais a

- (A) 100 e 300.
- (B) 120 e 330.
- (C) 120 e 340.
- (D) 150 e 370.
- (E) 190 e 410.

3

Com base na 5ª edição do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI (BPM5), assinale a opção que indica a estática comparativa correta.

- (A) Melhora do saldo da Conta de Serviços eleva o saldo da Balança Comercial.
- (B) Aumento do recebimento dos *royalties* e licenças melhora o saldo da Conta de Rendas.
- (C) Piora do saldo da rubrica de Renda de Investimentos em Carteira deteriora o saldo da Conta Financeira.
- (D) Piora do saldo da conta de Derivativos deteriora o saldo da Conta de Capital.
- (E) Piora das Transferências Unilaterais Correntes deteriora o saldo de Transações Correntes.

4

Acerca da função de unidade de conta da moeda, é correto afirmar que

- (A) se desvincula da necessidade de dupla coincidência de interesses.
- (B) as vendas e compras ocorrem simultaneamente, sem necessidade de se aguardar dias ou até meses.
- (C) fornece um padrão para que as demais mercadorias expressem seus valores.
- (D) com n mercadorias, cada uma delas teria $n-1$ expressões de valor e um total de $n(n-1)/2$ preços.
- (E) decorre da função meio de troca, ao manter o poder de compra ao vender o bem por certo período.

5

Considere os seguintes dados (em bilhões de reais):

- Nível absoluto de preços = 1.000
- Produto real = 500
- Quantidade de moeda = 10.000

A velocidade-renda da moeda (em bilhões de reais) é igual a

- (A) 50.
- (B) 500.
- (C) 1.000.
- (D) 10.000.
- (E) 20.000.

6

Relacione cada tipo de meio de pagamento com seus componentes ou características.

1. M1
2. M2
3. M3
4. M4

- () Constitui um meio de pagamento restrito.
- () É denominado também como poupança financeira.
- () Inclui depósitos de poupança, mas não inclui operações compromissadas registradas no Selic.
- () Inclui quotas de fundo de renda fixa, mas não inclui Títulos Públicos de elevada liquidez.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 3 e 4.
- (B) 1, 4, 2 e 3.
- (C) 2, 3, 4 e 1.
- (D) 3, 4, 2 e 1.
- (E) 4, 1, 2 e 3.

7

Em relação ao Banco Central (BC) ou aos instrumentos de controle monetário, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Uma das funções do BC no Brasil é administrar as reservas internacionais.
- () Como controlador monetário, cabe ao BC emitir papel-moeda, guardar as reservas dos bancos, realizar empréstimos de liquidez, realizar operações de mercado aberto e controle seletivo de crédito.
- () Quanto menor a taxa de redesconto, menor a oferta monetária, pois estimulará a manutenção de reservas pelos bancos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, V e F.

8

Considere os seguintes dados:

- Papel-Moeda em Poder do Público = Depósitos à Vista
- Reservas Totais do Sistema Bancário / Papel-Moeda em Poder do Público = 0,6.

O valor do multiplicador monetário será igual a

- (A) 0,9.
- (B) 1.
- (C) 1,1.
- (D) 1,25.
- (E) 1,43.

9

Assinale a opção que indica a estática comparativa que está de acordo com o modelo IS-LM.

- (A) Um aumento dos gastos do governo desloca a curva LM para a direita, elevando a taxa de juros e renda de equilíbrio.
- (B) Um aumento da base monetária, contrai os investimentos privados substituídos pelos investimentos públicos e, assim, a curva LM se expande.
- (C) Os desequilíbrios em relação à curva IS são ajustados via taxa de juros, enquanto os desequilíbrios em relação à curva LM são ajustados via quantidade produzida.
- (D) Segundo o modelo clássico, uma política monetária expansionista é totalmente ineficaz.
- (E) Na situação da armadilha da liquidez, a elasticidade da demanda por moeda em relação à taxa de juros é infinita.

10

Com relação à Curva de Phillips (CP), analise as afirmativas a seguir:

- I. Na versão da CP aumentada pelas expectativas, a taxa de inflação em dado período será igual à taxa de inflação esperada.
- II. Na versão da CP com choques de oferta, um aumento salarial não esperado e descolado dos ganhos de produtividade, tende a elevar a taxa de inflação observada.
- III. Na versão da CP com expectativas adaptativas, se a inflação esperada para o período t é igual à de $t-1$, sem ausência de choques de oferta e desemprego igual à sua taxa natural, isso ocasionará inflação inercial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11

Existem vários conceitos para mensurar o déficit público. Um conceito amplamente utilizado é o de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP).

Considerando NFSP, assinale a opção que indica o conceito corretamente descrito.

- (A) No conceito nominal, engloba-se qualquer demanda de recursos pelo setor público, inclusive despesas financeiras.
- (B) No conceito primário, incluem-se apenas as receitas e despesas financeiras.
- (C) O conceito operacional mede o esforço fiscal do governo, ao apurar apenas a receita tributária e os investimentos separados da dívida pública.
- (D) No conceito operacional, exclui-se a correção monetária, mas considera-se a correção cambial sobre os títulos públicos, como forma de medir o impacto cambial sobre o déficit fiscal.
- (E) Pelo método "acima da linha", mede-se o tamanho do déficit (NFSP) pelo lado do financiamento, isto é, pela forma como foi financiado e não pela forma como foi gerado.

12

Considere que a taxa de câmbio nominal é medida em termos de reais para um dólar.

Assinale a opção que indica uma propriedade da taxa de câmbio real.

- (A) Pode ser medida pela taxa de câmbio nominal deflacionada pela razão inflação americana.
- (B) A taxa de câmbio nominal será igual à relação de preço do mesmo produto expresso em dólares.
- (C) A competitividade dos produtos nacionais aumenta se a desvalorização cambial superar a variação da inflação doméstica em relação à inflação americana.
- (D) Sua variação deve ser aproximadamente igual à taxa de inflação doméstica deduzida da taxa de inflação americana.
- (E) Mede o impacto da mudança das pautas de exportação e importação do país em relação ao resto do mundo.

13

Considerando preferências racionais, entre as propriedades das curvas de indiferença, é correto afirmar que

- (A) duas curvas de indiferença podem se cruzar sem violar a hipótese de transitividade.
- (B) a utilidade cresce quando a quantidade das duas mercadorias aumenta.
- (C) curvas estritamente convexas representam funções de utilidade estritamente convexas.
- (D) preferências convexas implicam que o consumidor não se especializa no consumo de um dos bens.
- (E) a taxa marginal de substituição é decrescente ao longo da curva de indiferença.

14

Suponha a função utilidade de um consumidor dada por:

$$u(x,y) = x^2y$$

Assuma que o preço dos bens x e y são dados, respectivamente, por p_x e p_y e que a renda do consumidor é dada por w .

Considerando que a solução seja interior, as quantidades de x e y que maximizam a utilidade serão dadas, respectivamente, por

- (A) $w/(3p_x)$ e $2w/(3p_y)$.
- (B) $2w/(3p_x)$ e $w/(3p_y)$.
- (C) $w/(2p_x)$ e w/p_y .
- (D) $2w/p_x$ e $3w/p_y$.
- (E) $2w/(5p_x)$ e $3w/(5p_y)$.

15

Considerando a equação de Slutsky, avalie as afirmativas como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Se o preço de um bem normal cai, os efeitos renda e substituição serão positivos.
- () Se o preço de um bem inferior cai, o efeito renda negativo mais do que compensa o efeito substituição positivo.
- () O efeito substituição de Slutsky é calculado mantendo o poder de compra constante.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

16

Os retornos de escala implicam nas seguintes propriedades sobre a função de produção, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Se uma função de produção é homogênea de grau k , então ela exibirá retornos crescentes de escala caso $k > 0$.
- (B) Se uma função de produção de Cobb-Douglas é definida pelos parâmetros a e b (potências dos dois bens), então seu rendimento de escala será igual a $(a+b)$.
- (C) A soma das elasticidades do produto em relação a cada insumo é igual a k , para uma função homogênea de grau k .
- (D) A soma da razão do produto marginal em relação ao produto médio de cada insumo é igual ao retorno de escala, para funções homogêneas de grau k .
- (E) A função de produção CES pode apresentar retornos constantes de escala.

17

Uma propriedade das curvas de custos totais, médios, marginais, fixos ou variáveis é que

- (A) o custo fixo médio é constante para todo nível de produção.
- (B) o custo variável médio se situa acima do custo marginal, quando este é decrescente.
- (C) a área abaixo da curva de custo marginal fornece o custo total de produção.
- (D) o custo marginal intercepta o custo fixo médio em seu ponto de mínimo local.
- (E) a inclinação do custo médio é a diferença entre custo marginal e custo médio dividida pela produção.

18

Considere o problema de minimização de custos da firma.

A partir da solução desse problema **não** é possível concluir que

- (A) o multiplicador de *Lagrange* pode ser interpretado como o custo marginal.
- (B) a função custo é não decrescente em relação aos preços dos insumos e do produto.
- (C) a função custo é convexa em relação aos preços dos insumos.
- (D) se a função custo é diferenciável, a derivada dela em relação ao preço do insumo fornece a demanda condicional por esse insumo.
- (E) o caminho de expansão apresenta as combinações de insumos pelos quais a firma minimiza seus custos em cada um dos níveis de produção.

19

Considere um mercado operado apenas por uma firma monopolista. Suponha que no nível de produção que maximiza lucro, o preço de mercado do produto seja igual a 20 e o custo marginal do monopolista seja igual a 10.

Portanto, o índice de Lerner e o módulo da elasticidade preço da demanda no nível ótimo serão, respectivamente, iguais a

- (A) 0,5 e 0,5.
- (B) 0,5 e 2.
- (C) 1 e 1.
- (D) 2 e 0,5.
- (E) 2 e 2.

20

A Teoria do Consumidor se refere às tentativas do monopolista de cobrar preços diferentes a grupos distintos de pessoas como discriminação de preços.

Em relação a essa prática de discriminação, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A discriminação de 1º grau levará a uma solução ótima de Pareto.
- () Na discriminação de 2º grau, um dos consumidores pode obter excedente positivo.
- () A discriminação de 3º grau se baseia em características observáveis dos consumidores.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

21

No caso de o governo fixar um salário-mínimo *binding*, uma característica do mercado de trabalho é que

- (A) a oferta de trabalho define o salário de mercado.
- (B) o salário-mínimo é inócuo.
- (C) o desemprego é caracterizado por excesso de demanda.
- (D) a renda dos ocupados aumenta em detrimento daqueles que perdem sua ocupação.
- (E) o salário-mínimo não afeta o equilíbrio de mercado.

22

A curva de contrato, no âmbito da Caixa de Edgeworth, apresenta as seguintes características, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Ser o conjunto das alocações de equilíbrio, que são Pareto eficientes.
- (B) Incluir as origens da caixa de Edgeworth para cada consumidor, ou seja, cada um pode consumir todos os bens e o outro nada.
- (C) Ser uma reta linear, quando os dois consumidores têm preferências idênticas e homotéticas.
- (D) Apresentar algum trecho constante, para um dos consumidores, quando as preferências são quase lineares.
- (E) Incluir os quatro extremos da caixa de Edgeworth.

23

A externalidade negativa implica que o

- (A) custo marginal social da produção é menor que o custo marginal privado.
- (B) custo adicional do processo de produção, que recai sobre terceiros e que a firma não paga, é nulo.
- (C) Primeiro Teorema do Bem-Estar Social é inválido.
- (D) benefício marginal social do consumo é maior que o benefício marginal privado.
- (E) custo adicional de consumo, que recai sobre terceiros e que o consumidor não paga, é nulo.

24

O Teorema de Coase afirma que

- (A) um tributo aplicado a uma atividade de mercado que esteja gerando externalidades negativas, corrige a falha de mercado.
- (B) na ausência de custos de transação, a livre negociação levará a um nível eficiente de produção de externalidades, independente da distribuição dos direitos de propriedade.
- (C) a quantidade ótima de externalidade pode ser menor caso a parte afetada pela externalidade possa negociar o volume emitido da externalidade.
- (D) o nível de externalidade transacionado entre dois agentes, no contexto da Caixa de Edgeworth, é único.
- (E) o custo de exclusão de acesso ao bem que gera externalidade é suficientemente alto.

25

Em sua função alocativa, o governo **não** deve

- (A) determinar os tipos e quantidades de bens públicos a serem providos para a sociedade.
- (B) definir o valor de contribuição de cada cidadão para financiar os serviços públicos.
- (C) prover os serviços públicos que foram escolhidos pela sociedade indiretamente por meio da escolha dos governantes via sistema eleitoral.
- (D) investir em infraestrutura, por gerarem benefícios sociais e externalidades positivas para toda sociedade.
- (E) conceder subsídios tributários via deduções da base de cálculo do imposto sobre a renda.

26

Em relação aos diferentes tipos de impostos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF) é cobrado em base pessoal, com isenções e alíquotas progressivas, incidente sobre a renda tributável.
- () Em tese, o imposto sobre o patrimônio segue os princípios de equidade e progressividade.
- () O imposto sobre consumo pode ser classificado quanto: à amplitude de sua base de incidência; ao estágio do processo de produção e comercialização sobre o qual incide; e à forma de apuração da base para o cálculo do imposto.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

27

O IVA pode ser calculado por diferentes métodos. No método do crédito fiscal, esse cálculo é feito

- (A) pela aplicação da alíquota sobre o valor adicionado obtido a partir da soma de todos os pagamentos a fatores de produção, inclusive os lucros.
- (B) a partir do total de vendas, deduzido pelo total de compras, em cada estágio do processo produtivo.
- (C) pela aplicação da alíquota sobre o total de vendas, reduzindo desse resultado a alíquota sobre o total das compras.
- (D) diretamente pela Receita Federal do Brasil, que é a responsável única pela fiscalização ao direito ao uso do crédito fiscal.
- (E) pela aplicação da alíquota diretamente sobre o faturamento de cada empresa.

28

Considere os seguintes dados em termos nominais:

- Consumo do Governo = 100
- Juros do Governo = 20
- Poupança do Governo = 50
- Receita Tributária = X
- Déficit Fiscal = 0
- Investimento do Governo = Y

Logo, X e Y são, respectivamente, iguais a

- (A) 50 e 150.
- (B) 50 e 170.
- (C) 150 e 30.
- (D) 170 e 50.
- (E) 200 e 40.

29

Em relação à dinâmica da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ou das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Uma desvalorização cambial eleva a DLSP, se o governo for devedor em moeda estrangeira.
- (B) O reconhecimento de dívidas antigas ("esqueletos") aumenta a DLSP, sem impactar o déficit.
- (C) O cálculo da DLSP inclui a dívida líquida do Tesouro Nacional, INSS, Banco Central, entes subnacionais e empresas estatais.
- (D) O cálculo da NFSP precisa levar em conta a receita de privatização, quando existir.
- (E) O cálculo da NFSP precisa conhecer a variação da DLSP, em função dos dados informados ao Tesouro Nacional pelo sistema financeiro.

30

Em relação ao resultado (necessidades de financiamento) do governo central “acima da linha”, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A contabilização da receita é feita pelo conceito de apropriação da Receita Federal, e não pelo efetivo ingresso de recursos na Conta Única do Tesouro Nacional.
- () A contabilização da despesa não financeira leva em conta o pagamento efetivo e não a liquidação financeira, sendo esta relevante para a contabilidade da execução financeira.
- () A contabilização da despesa financeira é feita pelo critério de caixa, ao contrário da execução financeira, que se baseia no critério competência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

31

Relacione cada regra fiscal com sua respectiva característica.

1. Dívida
 2. Despesa
 3. Resultado Nominal (Não Estrutural)
 4. Receita
- () Faz ligação direta com a sustentabilidade da dívida pública, apesar de ser pouco operacional no curto prazo.
 - () Apresenta propriedades anticíclicas, mas pode afetar negativamente a qualidade do gasto, além de não ter ligação direta com a sustentabilidade da dívida.
 - () Apresenta diretriz operacional clara e ligação com a sustentabilidade da dívida, mas pode estimular política fiscal pró-cíclica e busca por receitas extraordinárias.
 - () Ajuda a definir o tamanho do governo, mas apresenta fraca ligação com a sustentabilidade da dívida, além de estar sujeita a fatores fora do controle do governo.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 3 e 4.
- (B) 1, 3, 2 e 4.
- (C) 2, 1, 4 e 3.
- (D) 3, 2, 4 e 1.
- (E) 4, 2, 3 e 1.

32

A partir da Curva de Laffer é possível obter as seguintes lições sobre o comportamento dos agentes econômicos, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Existe uma relação ambígua entre variações de alíquota tributária e variações de receita tributária.
- (B) Aumentos de alíquotas tributárias podem ser contraproducentes, incentivando a evasão e a elisão fiscal.
- (C) Há uma alíquota tributária ótima que gera o máximo de receita tributária para o governo.
- (D) Com alíquota tributária igual a 100%, a população desempregada será igual à população economicamente ativa.
- (E) Aumentos de alíquotas tributárias podem estimular o aumento da informalidade no mercado de trabalho.

33

Em relação à evolução das finanças públicas entre 2002 e 2014, analise afirmativas a seguir:

- I. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) caiu de aproximadamente 60% do PIB em 2002 para menos de 35% em 2014.
- II. O percentual de títulos pré-fixados em relação à dívida monetária federal aumentou consideravelmente no período, com aumento da relevância dos títulos de longo prazo.
- III. A apreciação real da taxa de câmbio reduziu a dívida externa, com o setor público passando a se tornar credor líquido.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

O Poder Regulador em um país, mesmo que represente um poder do Estado, não deve ser o responsável pela provisão do serviço. Sua atribuição é zelar pelas regras estabelecidas.

Nesse sentido, **não** se inclui entre suas funções ou objetivos

- (A) sugerir novos regramentos que facilitem as relações e resolvam os conflitos entre os atores envolvidos.
- (B) definir o coeficiente de produtividade a ser repassado para o consumidor.
- (C) decidir o sistema de concessões dos serviços a terceiros e dar andamento às licitações.
- (D) investigar e combater práticas anticompetitivas ou abuso do monopólio concedido.
- (E) buscar o bem-estar do consumidor e a melhoria da eficiência alocativa, distributiva e produtiva do setor regulado.

35

“Assim, a partir dos anos 30 e especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, o sentido de intervenção do Estado Brasileiro passa a ser o de alterar o próprio modelo de desenvolvimento do país, buscando superar as características agroexportadoras de nossa economia e apoiando decididamente o processo de industrialização.”

Extraído de Gremaud, A. P.; Vasconcellos, M. A. S. de; Toneto Jr., R. Economia Brasileira Contemporânea. 8ª ed. 2017, p. 555.

Assim, o papel do Estado produtor no cenário acima exposto foi o de

- (A) conduzir o processo de industrialização, por meio do uso da política econômica para esse fim.
- (B) mediar os conflitos entre classes operária e patronal, por meio da criação da CLT.
- (C) estatizar serviços relativos a atividades de infraestrutura e de provisão de bens intermediários.
- (D) captar recursos disponíveis e direcionar aos setores de interesse por meio da concessão de crédito de longo prazo.
- (E) arrematar boa parte da poupança nacional e, assim, controlar sua aplicação para a indústria brasileira.

36

Em relação aos efeitos da política fiscal no crescimento econômico, avalie as afirmativas como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () No longo prazo, a política fiscal afeta o crescimento por meio de mudanças no nível e na composição de tributos e de gastos, afetando os incentivos ao trabalho, aos investimentos e à produtividade.
- () No longo prazo, uma política fiscal que eleve a relação dívida pública / PIB reduz a taxa de crescimento do PIB, pois a elevação das taxas de juros, em razão do aumento dos prêmios de risco, diminui o incentivo à acumulação de capital e reduz a produtividade do trabalho.
- () O multiplicador fiscal, utilizado para mensurar o impacto da política fiscal na atividade econômica, pode ser expresso pela razão entre a variação no produto da economia frente à variação endógena no déficit fiscal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

37

Considere a distribuição de probabilidade conjunta das variáveis aleatórias X e Y:

		Y		
		0	1	2
X	0	0	1/4	1/4
	1	1/4	0	0
	2	1/4	0	0

A covariância entre X e Y é igual a

- (A) 9/16.
- (B) 3/4.
- (C) -9/16.
- (D) -3/4.
- (E) 0.

38

Considere uma variável aleatória X uniformemente distribuída no intervalo [0,1].

A média e a variância de X serão, respectivamente, iguais a

- (A) 0 e 1/3.
- (B) 1 e 1.
- (C) 1/2 e 1/12.
- (D) 1/12 e 1.
- (E) 1/6 e 1/24.

39

Seja uma amostra aleatória {2,2,4,4} extraída de uma variável populacional X que segue distribuição com média μ e variância σ^2 .

São estimativas não viesadas para μ e σ^2 , respectivamente,

- (A) 3 e 0.
- (B) 3 e 4/3.
- (C) 3 e 1.
- (D) 4 e 1.
- (E) 4 e 4/3.

40

Considere uma variável aleatória populacional X com distribuição Normal(μ, σ^2), cujos parâmetros são desconhecidos.

Um pesquisador coletou uma amostra aleatória de 100 observações com o objetivo de testar as seguintes hipóteses:

Hipótese nula: $\mu = 200$.

Hipótese alternativa: $\mu \neq 200$.

Na amostra coletada, obteve-se uma média igual a 203 e uma variância (baseada no estimador não viesado usual) igual a 100. O pesquisador considerou o nível de significância de 5% para esse teste, e que os valores críticos correspondentes são -2,06 e 2,06.

A esse respeito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A probabilidade de Erro do Tipo I é igual a 5%.
- (B) A estatística de teste apropriada será igual a 3.
- (C) A hipótese nula é rejeitada.
- (D) O p-valor é maior do que 5%.
- (E) O Intervalo de confiança de 95% para μ é dado por $[203 \pm 2,06]$.

41

Considere o modelo de regressão linear simples:

$$y_i = a + bx_i + u_i$$

em que y é a variável dependente, x é a variável explicativa, a é o intercepto, b é o coeficiente de inclinação e u, o termo aleatório do modelo.

A partir de uma amostra aleatória, obtém-se as seguintes informações:

$$\bar{x} = 10, \bar{y} = 20, Corr(x, y) = 0,5, s_x = 5 \text{ e } s_y = 10.$$

Assim, os estimadores dos parâmetros a e b que minimizam a soma dos quadrados dos resíduos são, respectivamente, iguais a

- (A) 30 e 1.
- (B) -20 e 4.
- (C) 0 e 2.
- (D) 10 e 1.
- (E) 17,5 e 0,25.

42

Em relação às medidas de estatística descritiva, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A mediana é dada pela posição que ocupa a posição $(n+1)/2$ do conjunto de dados, supondo n o número total de observações.
- () Uma vantagem do uso do coeficiente de variação de Pearson é permitir a comparação de conjuntos de dados distintos, sem a necessidade de igualdade das unidades de medida.
- () A curtose mede o achatamento da curva da função de distribuição de probabilidade, sendo igual a 3 no caso da distribuição normal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e V.
- (B) F, V e F.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e V.
- (E) V, V e V.

43

Considere o modelo de regressão:

$$Y = XB + u,$$

sendo Y um vetor $n \times 1$, X uma matriz $n \times k$, B um vetor $k \times 1$ e u um vetor $n \times 1$. Y é a variável dependente, X representa um conjunto de regressores, B os parâmetros populacionais do modelo e u o termo aleatório.

As hipóteses a seguir são necessárias para que o estimador de MQO de B seja não viesado, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Linearidade nos parâmetros.
- (B) Observações obtidas através de uma amostra aleatória.
- (C) Não há colinearidade perfeita entre os regressores.
- (D) Exogeneidade dos regressores.
- (E) Homoscedasticidade dos erros.

44

Considere o modelo de séries temporais

$$y_t = bt + y_{t-1} + u_t.$$

em que t é uma tendência temporal, b é o parâmetro do modelo, e u_t é um ruído branco que segue distribuição $N(0, \sigma^2)$ e apresenta autocovariância nula.

Considere $y_0 = 0$.

Logo, a média e a variância de y_t serão iguais, respectivamente, a

- (A) bt e $t\sigma^2$.
- (B) bt e σ^2 .
- (C) bt e 0.
- (D) 0 e σ^2 .
- (E) 0 e $t\sigma^2$.

45

Considere o modelo de regressão estimado:

$$W_i = 0,5 + 0,1 \cdot E_i + 0,2 \cdot D_i + u_i,$$

em que w_i é o logaritmo neperiano do salário, E_i é o logaritmo neperiano dos anos de estudo e D_i é uma variável binária igual a 1 se homem e a 0 se mulher.

Considere que todas as estimativas são estatisticamente significativas a 1%.

A partir das estimativas acima, é possível concluir que, em média,

- (A) para cada ano adicional de estudo, o salário cresce 10%.
- (B) para cada aumento de 1% nos anos de estudo, o salário cresce 0,1%.
- (C) os homens ganham 0,2% a mais do que as mulheres.
- (D) os homens ganham 20% a mais do que as mulheres.
- (E) as mulheres ganham 0,1% a mais do que os homens para cada ano adicional de estudo.

46

A tabela a seguir informa os preços P e as quantidades Q de dois itens de alimentação consumidos por uma mesma unidade familiar em duas épocas distintas T_1 e T_2 .

	T_1		T_2	
	P (R\$)	Q (kg)	P (R\$)	Q (kg)
Arroz	10	6	14	4
Feijão	9	4	12	3

Com base nessas informações e tomando-se T_1 como base, o índice de preços de Laspeyres é

- (A) 69,7.
- (B) 69,8.
- (C) 137,3.
- (D) 137,5.
- (E) 137,8.

47

Um bem custa, a vista, R\$ 1.230,00, mas pode ser adquirido por meio de parcelamento em duas prestações mensais, iguais e consecutivas. Há apenas duas opções para o parcelamento:

- I. a primeira prestação é paga no ato da compra;
- II. a primeira prestação é paga um mês após a compra.

Em ambos os casos, o vendedor cobra juros de 5% a.m.

Sejam P_I e P_{II} , respectivamente, os valores das prestações na 1ª e 2ª opções de parcelamento.

O valor $P_{II} - P_I$ é

- (A) R\$ 31,50.
- (B) R\$ 32,00.
- (C) R\$ 32,20.
- (D) R\$ 32,50.
- (E) R\$ 33,00.

48

Seis máquinas impressoras idênticas são colocadas para trabalhar simultaneamente. Nessas condições, é esperado que elas encerrem uma dada tarefa, trabalhando juntas, em 10 horas. As máquinas operam ininterruptamente durante 4 horas, até que uma delas apresenta defeito e para de trabalhar. As cinco impressoras remanescentes continuam o trabalho, sem parar, mantendo o mesmo ritmo, durante 3 horas, quando outra máquina apresenta defeito. A partir desse instante, as quatro impressoras restantes mantêm o trabalho com a mesma velocidade.

Após a quebra da 2ª impressora, o tempo necessário para que as quatro impressoras disponíveis possam encerrar a tarefa original é de

- (A) 4 horas e 45 minutos.
- (B) 5 horas.
- (C) 5 horas e 15 minutos.
- (D) 5 horas e 25 minutos.
- (E) 5 horas e 45 minutos.

49

Uma dívida de R\$ 300.000,00 deverá ser quitada em 5 pagamentos anuais, consecutivos e postecipados. As amortizações dar-se-ão por meio do Sistema de Amortizações Constantes (SAC) a uma taxa de juros de 20% ao ano com capitalizações semestrais.

O valor do último pagamento será

- (A) R\$ 74.400,00.
- (B) R\$ 72.600,00.
- (C) R\$ 72.000,00.
- (D) R\$ 12.600,00.
- (E) R\$ 12.000,00.

50

Dois títulos foram resgatados antecipadamente junto a uma instituição financeira, o primeiro deles, de valor nominal R\$ 4.000,00, com 45 dias de antecedência, e o outro, com 60 dias de antecipação.

Considere o mês de 30 dias. A instituição usou desconto comercial (por fora) com taxa de desconto simples de 2% ao mês. Nessas condições, os descontos nos dois títulos foram iguais.

É correto afirmar que o valor nominal do título descontado com 2 meses de antecedência era

- (A) maior do que R\$ 3.800,00.
- (B) maior do que R\$ 3.600,00 e menor do que R\$ 3.800,00.
- (C) maior do que R\$ 3.400,00 e menor do que R\$ 3.600,00.
- (D) maior do que R\$ 3.200,00 e menor do que R\$ 3.400,00.
- (E) menor do que R\$ 3.200,00.

51

Um empréstimo de R\$ 60.000,00 será amortizado em 4 anos, à taxa de juros compostos de 10% ao ano. Ao longo do financiamento, o devedor pagará prestações postecipadas, anuais e consecutivas no valor de R\$ 8.000,00, exceto no fim do período, quando a dívida será quitada integralmente.

O valor desse pagamento final será

- (A) R\$ 61.380,00.
- (B) R\$ 58.718,00.
- (C) R\$ 55.800,00.
- (D) R\$ 53.380,00.
- (E) R\$ 52.512,00.

52

Considere o seguinte fluxo de caixa de um projeto de investimento.

Anos	0	1	2
R\$	(400.000)	214.000	228.980

Utilize a tabela abaixo para responder ao que se pede em seguida.

N	320	321	322	323	324	325
Nº	102.400	103.041	103.684	104.329	104.976	105.625

Com base nessas informações, é correto afirmar que a Taxa Interna de Retorno é

- (A) 6,75% a.a.
- (B) 7,00% a.a.
- (C) 7,25% a.a.
- (D) 7,50% a.a.
- (E) 8,00% a.a.

53

A fim de compor recursos para uma compra futura, César fará uma série de 12 depósitos mensais antecipados.

O primeiro depósito será de R\$ 3.700,00 e cada um dos demais será 20% maior do que aquele imediatamente anterior.

O montante será resgatado um mês depois do último depósito, momento em que serão pagas as tarifas bancárias no valor de 10% do montante.

Se, durante todo o período, desde o primeiro depósito até o resgate, os valores forem capitalizados mensalmente à taxa de juros compostos de 1,5% ao mês, o valor líquido resgatado será de

[Utilize as seguintes aproximações: $1,015^{12} = 1,20$; $1,20^{12} = 9,00$]

- (A) R\$ 140.040,00.
- (B) R\$ 140.400,00.
- (C) R\$ 141.404,00.
- (D) R\$ 142.308,00.
- (E) R\$ 142.506,00.

54

O Estado Alfa pretende adquirir determinado imóvel cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha, a fim de servir de sede para sua Controladoria Geral, diante da ampliação das atividades do órgão, no contexto de fortalecimento do sistema de controle interno do ente federativo.

Foi instaurado um processo administrativo que tem por objeto estudar a aquisição pretendida, no bojo do qual foi realizada avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, pois imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.

Neste contexto, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, a aquisição pretendida

- (A) deve ser objeto de prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será decidida discricionariamente pelo Administrador Público entre concorrência e pregão.
- (B) deve ser objeto de prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será necessariamente o leilão, diante da natureza da contratação e de expressa previsão legal.
- (C) pode ser objeto de dispensa de licitação, mediante a devida comprovação de que o valor estimado para a contratação está de acordo com o preço de mercado e as justificativas que demonstrem a imprescindibilidade da aquisição e a inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.
- (D) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, mediante a devida certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto e as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado que evidenciem vantagem para o Estado Alfa.
- (E) pode ser objeto de dispensa de licitação, mediante a devida comprovação de que o valor estimado para a contratação está de acordo com o preço de mercado e as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado que evidenciem vantagem para o Estado Alfa.

55

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a princípio, poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente,

- (A) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- (B) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- (C) pessoa física que, dez anos antes da divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo.
- (D) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- (E) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

56

Em matéria de procedimentos auxiliares das licitações e das contratações, há aquele que poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

- I. paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- II. com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- III. em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Trata-se de processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens, na forma prevista em lei.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o procedimento auxiliar acima descrito é denominado

- (A) pré-qualificação.
- (B) credenciamento.
- (C) registro cadastral.
- (D) sistema de registro de preços.
- (E) procedimento de manifestação de interesse.

57

Em tema do que a doutrina de Direito Administrativo chama de cláusulas exorbitantes, a nova Lei de Licitações e Contratos dispõe que o regime jurídico dos contratos administrativos previstos na citada lei confere à Administração Pública, em relação a eles, algumas prerrogativas, como a de ocupar provisoriamente bens

- (A) móveis e imóveis, vedado utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, ainda que nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais.
- (B) móveis, vedada a ocupação de bens imóveis, e a de utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais.
- (C) de qualquer natureza e a de utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, apenas até a extinção do contrato.
- (D) de qualquer natureza e a de utilizar pessoal e serviços, ainda que não vinculados ao objeto do contrato, quando houver necessidade de garantir execução de multa em razão de faltas contratuais pelo contratado, até extinção do contrato.
- (E) móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

58

De acordo com a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em tema de formalização dos contratos, é correto afirmar que

- (A) é permitido contrato por prazo indeterminado diante do peculiar regime jurídico das estatais.
- (B) a duração dos contratos regidos por tal lei, em regra, não excederá a 15 (quinze) anos, contados a partir de sua celebração.
- (C) os contratos regidos por tal lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.
- (D) é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, vedada a exigência de ressarcimento dos custos.
- (E) a redução a termo do contrato não poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

59

A Lei nº 8.987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Consoante dispõe o citado diploma legal, o contrato de concessão

- (A) não poderá conter cláusula quanto à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária.
- (B) não poderá admitir a subconcessão, ainda que expressamente autorizada pelo poder concedente e precedida de concorrência.
- (C) não poderá prever que a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
- (D) poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da lei.
- (E) deverá prever que incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, mas a fiscalização exercida pelo órgão competente deve excluir ou atenuar essa responsabilidade.

60

As cláusulas dos contratos de parceria público-privada, consoante dispõe a Lei nº 11.079/2004, devem prever

- (A) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- (B) a responsabilidade civil direta do parceiro privado acerca de eventuais danos a terceiros, vedada a previsão de repartição de riscos entre as partes, no que se refere a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- (C) a realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.
- (D) a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, pelo princípio da segurança jurídica, vedada a previsão de mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços.
- (E) a modicidade das tarifas, vedada a previsão de compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

Realização

